

1 **Ata da 2ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Ao primeiro dia do mês de março de
2 dois mil e onze, às dezenove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua: XV
3 de Novembro, nº 120, sala 03, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a segunda reunião ordinária do CMS de
4 Ponta Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes conforme lista de presença anexa.
5 Verificada a presença de quorum, o presidente Sergio Ferreira Doszanet assumiu e procedeu à abertura dos
6 trabalhos, cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e participantes, partindo para o Item 1. **Aprovação**
7 **das Atas.** 1ª da reunião ordinária e 1ª reunião extraordinária aprovadas. O conselheiro Paulo Heusi fala que a
8 título de esclarecimento na linha 21 diz que o Conselho Municipal de Saúde com a falta de conselheiros nas
9 reuniões, como o CMS vai deliberar (precisa para aprovar de treze) as vezes tem quatorze mais se saírem dois
10 ou faltarem, então vamos acertar bem certinho no nosso regulamento, acha que a deliberação é feita dentro dos
11 conselheiros que estão na plenária, 13 é absoluto, acha que é metade mais um dos conselheiros presentes. O
12 vice-presidente Cesar José Campagnoli fala que é uma questão sua (Paulo) trazer e pautar para uma próxima
13 reunião para discutir somente quorum não é regimento interno. A conselheira Paulina fala que gostaria que
14 voltasse no que o seu Paulo falou no regimento interno que na próxima reunião fosse colocado isso para a Mesa
15 Diretora uma vez aquele entendimento que eu não pude como entidade (votar), ser mudado eu trouxe o
16 regimento em mãos e cada vez que uma entidade mudar e ter que esperar um cadastro novo nós vamos passar o
17 ano e esse conselheiro não vai ter direito a voto então que isso seja reformulado nesta proposta do conselheiro
18 Cesar Campagnoli para a próxima pauta a estrutura e o funcionamento do CMS. O vice-presidente Cesar
19 Campagnoli Tem que trabalhar muita coisa em torno da dinâmica. A conselheira Paulina fala que a Mesa Diretora
20 foi composta e não tinha homologação. O vice-presidente fala que discorda da SR. Paulina a mesa não tem nada
21 haver com homologação de secretário, prefeito de nada a mesa é composta pela plenária a plenária que delibera,
22 se a plenária deliberou. A conselheira Vera Taborda fala que a pessoa representando a entidade, porque a
23 entidade que foi nomeada. O vice-presidente fala que todos olhem o regimento interno, quorum e a mudança, diz
24 que entende que quem esta aqui é conselheiro e não entidade saiu o conselheiro tem que substituir. **Ofícios**
25 **recebidos:** ofício da SMS 002/2011, ofício WAB/044/2011/ml da SMS, ofício s/n da SMS protocolo para exames
26 para transplante renal, encaminhado pela Santa Casa a SMS, ofício 05/SPG/2011 Dr. Manoel Claro Alves Neto,
27 ofício s/n Dr. Manoel Claro Alves Neto e Drª Suzana Helena Cardoso Martins, carta nº AD/02-2011 do Hospital
28 Bom Jesus, processo nº 3570027 (ofício 219/2010CMS), processo nº 2390332/2010 (ofício 141/2010/CMS).
29 **Ofícios enviados:** ofício nº 10/2011/CMS, ofício nº 12/2011/CMS, **2.1. Reorganização das Comissões:** O
30 presidente fala da reorganização das comissões do Conselho Municipal de Saúde primeiro vamos trabalhar a 1ª
31 Comissão Provisória da 9ª Conferencia Municipal de Saúde, diz que é uma comissão provisória e vai funcionar
32 até o final do ano, porque tem a Conferência Nacional, e a comissão vai decidir a data da Conferência Municipal
33 de Saúde o prazo limite é até sete de agosto de 2011. A 1ª Comissão foi composta pelos conselheiros, Paulo
34 Heusi, Eliane de Freitas, Paulina K. De Bastos, Isaias Cantóia Luis, Vivian G. de Moraes, Ana Cristina B. Baron,
35 Juliana J. Maciel, Sergio Ferreira Doszanet, Rosangela Mª P. dos Santos. 2ª Comissão Municipal de
36 Acompanhamento do Sistema Hospitalar e Especialidades os conselheiros Charles Renan Pinto Aurélio, Carlos
37 Eduardo Marques, Vera Taborda e (Silvana da 3ª Regional de Saúde). 3ª Comissão Municipal de Financiamento
38 e Orçamento, os conselheiros José dos Passos Neto, Andre Luis de Luca, Sergio Ferreira Doszanet, Juliana de
39 Jesus Maciel. 4ª Comissão de DST/AIDS, os conselheiros Vera Taborda, Eliane de Fernandes, Neumari P. da
40 Cunha, Francisco Marochi (Diego da SMS e Luciane da 3ª Regional de Saúde e um representante da ABO), 5ª
41 Comissão Municipal dos Conselhos Locais de Saúde e Controle Social, os conselheiros Jiovany Kissilevicz,
42 Sergio Doszanet, Isaias Cantóia Luis, Neumari P. Da Cunha, Paulo Heusi e Juliana de Jesus Maciel. 6ª Comissão
43 Municipal de Contratualização de Contrato e Projetos os conselheiros Eliane de Freitas, Vivian G. de Moraes, Ana
44 Cristina de B. Baron, Isaias Cantóia Luis, Cesar Campagnoli, Jiovany Kissilevicz, Juliana Maciel, Jefferson
45 Leandro Gomes Palhão. 7ª Comissão Municipal de Gestão e Saúde do Trabalhador os conselheiros Eliane

46 Fernandes, Neumari Perpetua da Cunha, representante do sindicato, Francisco Marochi, Jefferson Leandro
47 Gomes Palhão (Evelyn da 3ª Regional de Saúde). 8ª Comissão Municipal de Acompanhamento Atenção Básica e
48 Ética, os conselheiros Rosangela Mª Pompeu dos Santos, Celso José Hoffmann, Cesar José Campagnoli. 9ª
49 Comissão de Acompanhamento das Entidades Cadastradas junto ao Conselho Municipal de Saúde, os
50 conselheiros Rosangela Mª P. dos Santos, Terezinha Apª Pratkanis Levandoski, Jiovany Kissilevich, Vanusa Apª de
51 Oliveira Angieski, Charles Renan Pinto Aurelio, Sergio Ferreira Doszhanet, Juliana de Jesus Maciel. O presidente
52 fala que cada comissão vai se reunir e decidir quem vai ser o coordenador **2.2. Apresentação dos Editais de**
53 **Credenciamento dos CAS, da UTI do Hospital Dr. Amadeu Puppi, da UTI do Hospital da Criança e da**
54 **Urgência e Emergência do Hospital Dr. Amadeu Puppi. Apresentação dos Editais de Credenciamento dos**
55 **CAS, da UTI do Hospital Dr. Amadeu Puppi, da UTI do Hospital da Criança e da Urgência e Emergência do**
56 **Hospital Dr. Amadeu Puppi.** A Srª Vivian Gaidarji de Moraes fala que na verdade é uma explanação bem rápida
57 todos os credenciamentos que tem na Secretaria Municipal de Saúde estão sendo revistos e antes que finalize
58 estes projetos está passando pelo jurídico nosso (Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos –
59 smange) para que eles façam todas as correções para que a gente traga aqui para o Conselho, na verdade até
60 está na pauta que inclui as urgências e emergências do hospital Municipal, que a gente não está trazendo hoje
61 por não ter recebido deles (se refere à Smange). Fala que hoje vai apresentar os quatro CAS e as duas UTIs do
62 hospital Municipal e do hospital da criança diz que foi passado por todo o trâmite interno jurídico, para que a
63 gente possa entrar na licitação a gente precisa ter uma resolução do Conselho Municipal de Saúde, faz uma
64 explanação rápida sobre os credenciamentos CAS, CAS central Dr. Lauro Justus, CAS Uvaranas Luiz Conrado
65 Mansani, CAS Oficinas Cyro de Lima Garcia, CAS Nova Rússia Rômulo Pazinato, é a contratação da empresa em
66 prestação de serviços de gerenciamento e médicos ambulatoriais na área médica e pediátrica. Chamamento
67 Público para credenciamento de Instituição sem fins lucrativos para prestar serviços na área de saúde-modelo
68 licitação (período de contratação: 12 meses), quais são as tarefas (credenciamento) dos CAS, serviço médico
69 (clínica geral e pediatria), serviço de enfermagem, serviço de farmácia, serviço administrativo, apoio médico,
70 zeladoria, programas gerais de informação e profilaxia junto aos usuários (cronogramas semestral), fala que
71 neste edital a empresa ou (a entidade) possa estar recebendo o recurso ele tem que cumprir metas, dentro de
72 consultas, atendimento de enfermagem, entre programas com os usuários, eles tem que cumprir algumas
73 metas para poder receber. Determinações Gerais: profissionais especializados, profissionais devem atender
74 apenas um posto de atendimento concomitantemente, não podem ser contratados profissionais para atendimento
75 que já prestem serviços no município-salvo se não houver incompatibilidade de carga horária e a somatória de
76 ambas as jornadas não ultrapassem 12 horas. Para a empresa se credenciar ela tem que cumprir todos os pré-
77 requisitos que a gente vai verificar com a comissão a qual ela (Vivian G. de Moraes) faz parte também, nas
78 questões de carga horária médica, vamos ver se eles tem o certificado. Determinações Gerais: cada
79 credenciamento deve promover a segurança da estrutura do imóvel (dia e noite), bem como a segurança dos
80 usuários, entre as credenciadas, haverá um sorteio em sessão pública para distribuição das unidades CAS.
81 Estamos pedindo autorização para que isso vá para a licitação vai ser feita ampla divulgação em toda a imprensa
82 e assim que as entidades se credenciarem, a gente faz análise de tudo isso para ver se ela pode ou não ser
83 candidato e depois se faz o sorteio numa audiência pública para ver quem fica com cada CAS. Valores a serem
84 pagos nos procedimentos: CAS de Uvaranas cento e dezesseis mil quinhentos e dois reais e oitenta e cinco
85 centavos (R\$ 116.502,81). CAS de Oficinas cento e quatorze mil cento e vinte e um reais e sessenta e seis
86 centavos (R\$ 114.121,66). CAS Nova Rússia cento e quatorze mil cento e vinte e um reais e sessenta e seis
87 centavos (R\$ 114.121,66). CAS Central oitenta e sete mil duzentos e noventa e cinco reais (R\$ 87.295,00), fala
88 que tem algumas variações porque cada CAS tem uma produção um diferente do outro. Nos preços estipulados
89 deverão estar inclusos: os insumos referentes às matérias necessários à execução dos serviços, custos fiscais,
90 transporte, uniformes, alimentação, equipamento (EPI) dos funcionários da contratada, taxa de administração de
91 serviços. As obrigações da contratada: apresentar as equipes especializadas e técnicos qualificados, apresentar

92 relatório mensal, limpeza do ambiente, identificação, triagem e encaminhamento do usuário – relatório mensal,
93 submeter-se a padronização de medicamentos e produtos da SMS, 17.14 – permitir e facilitar a fiscalização e
94 inspeção dos serviços a qualquer hora pelos membros do Conselho Municipal de Saúde, 17.14 – garantir acesso
95 dos Conselhos de Saúde aos serviços contratados no exercício do seu poder de fiscalização. Fiscalização do
96 Contratado: equipe multifuncional, gerente de enfermagem, gerente de UBS/CAS, gerente de PSF, são três
97 integrante da saúde (SMS) que diariamente estarão fazendo a fiscalização. Fala esse é o edital do contrato do
98 CAS e fez um resumo porque tem setenta paginas. Fala do chamamento publico para credenciamento de
99 pessoas jurídicas para prestação de serviços na área médica em especialidades em UTIs para o hospital
100 municipal Dr. Amadeu Puppi e hospital da criança Prefeito João Vargas de Oliveira esse edital diferentes dos
101 contratos que a gente tinha anteriormente que era toda a equipe da UTI é só a equipe médica para ser
102 credenciada, a equipe de enfermagem, zeladoria vai ser do concurso (da SMS). Dez leitos da UTI tipo II no
103 hospital Municipal Dr. Amadeu Puppi e dez leitos de UTI tipo II no hospital da criança Prefeito João Vargas de
104 Oliveira, período de vigência: 12 meses, haverá uma comissão especial de credenciamento e equipe técnica
105 requisitada pela comissão, para análise dos documentos das empresas interessadas com posterior realização de
106 sorteio em sessão pública. Obrigações do Contratante Secretaria Municipal de Saúde (SMS): será responsável
107 pela definição da quantidade de profissionais médicos necessários para a realização dos serviços, deve realizar a
108 fiscalização do contratado por meio dos fiscais designados por ela, reserva o direito de aceitar ou rejeitar o
109 profissional médico designado pela empresa sem que isto cause qualquer ônus a SMS, juntamente com a direção
110 do hospital, formará uma equipe multifuncional envolvendo funcionários de diversos setores, para avaliar a
111 prestação dos serviços e a conduta dos profissionais que irão prestar serviços junto ao hospital. Obrigações da
112 contratada (empresa): prestar todos os serviços médicos necessários, solicitados pelo Hospital Municipal,
113 Hospital da Criança e SMS, responsabilizar em relação aos seus profissionais e ao serviço, por todas as
114 despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas,
115 impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a
116 incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento, visita diária com posterior boletim médico.
117 Disponibilidade da Contratada: um responsável técnico com título em medicina intensiva – diretor técnico (4h/dia)
118 no valor de nove mil e seiscentos reais, (R\$ 9.600,00) um médico diarista com título de medicina intensiva
119 (visitador) – 4h/dia no valor de nove mil e seiscentos reais (R\$ 9.600,00), um médico plantonista com título de
120 medicina intensiva (24/h em 7 dias na semana) valor de cinquenta e sete mil e seiscentos reais (R\$ 57.600,00),
121 um médico de sobreaviso por hora de disponibilidade no valor de trinta reais a hora (R\$ 30,00). A conselheira
122 Paulina Bastos fala que é uma proposta, se não tem uma outra forma de apresentar, porque ela não entendeu
123 quando a Sr^a Vivian de Moraes falou na parte que diz sem fins lucrativos, outro ponto quando você fala que a
124 própria empresa vai contratar um médico de oitenta reais por dia, mais se ele quiser colocar dois ou três pagando
125 vinte reais cada um, isso depois também não vai perder a qualidade. A Sr^a Vivian de Moraes fala que um médico
126 24hs na UTI, se eles (empresa) quiserem colocar dois médicos trabalhando 12hs, 36hs ou 8hs só que tem que ter
127 um médico na UTI 24hs. A conselheira Vera Regina Buss fala que se pudesse visualizar é mais fácil (fala da
128 apresentação da Sr^a Vivian) pra gente entender. A Sr^a Vivian fala que eles trouxeram mais até montar tudo isso
129 iria atrasar. O presidente fala que esse é um valor que a Secretaria Municipal de Saúde está colocando a
130 empresa aceita ou não. Fala que este contrato tem umas setenta paginas, ele tem todas as obrigações (se refere
131 da empresa), se não cumprir as metas tem a fiscalização se não cumprir vai ser reduzido o valor, tem que cumprir
132 a questão tanto de qualidade e quantidade. A conselheira Neumari da Cunha fala que em relação a fiscalização
133 você (Sr^a Vivian) citou que vai ter uma equipe da Secretaria Municipal de Saúde que vai fazer a fiscalização,
134 como a gente esta falando aqui de controle social não daria para ser incluído também alguns membros do
135 Conselho Municipal de Saúde. A conselheira Juliana Maciel fala que gostaria de esclarecer porque pode estar
136 enganada, diferente que fala no artigo que a lei desse montante de dinheiro que é repassado para os CAS, diz
137 que até agora ela não consegue entender relativos em insumo a prefeitura além de dar toda a estrutura física,

138 insumos, medicamentos até matérias enfim relativo a todo o material para o funcionamento integral, porque além
139 desse dinheiro a prefeitura teria que ceder, não teria que ser a empresa terceirizada, pega lá o contrato da
140 terceirização e não é ela mesma que teria que fornecer estes insumos. A Sr^a Vivian de Moraes fala que como ela
141 leu que matérias de expediente toda a parte administrativa, a parte de segurança do prédio, equipamentos para o
142 pessoal individual e tem vários itens ali que é a empresa contratada que tem que estar disponibilizando. A SMS
143 está colocando a parte de medicamentos porque que já vem do Ministério da Saúde então seria muito complicado
144 aí já entra pra nós, conversando com uma unidade de saúde nossa e na verdade como diz que a empresa sem
145 fins lucrativos, como já tem um CAS ali então na verdade a questão da logística mesmo, tudo que tem que
146 cumprir a equipe medica, equipe de zeladoria de administração tem as planilhas ali de quanto custa realmente
147 cada profissional como salário a função gratificada dele tem varias questões. A conselheira Juliana fala que só
148 complementando o que a conselheira Paulina Bastos falou a questão da redução, porque ela (Juliana) foi no
149 CAS uma estrutura grande com varias salas e só um medico atendendo ali então de repente a redução do que
150 afirma que vai gerir este contrato está repassando do profissional, o profissional estuda tantos anos e vai
151 trabalhar horas a quarenta reais ou dia todo não lembro quanto que eles me contaram que recebem por dia e por
152 hora trabalhada, e sabe que no CAS é uma fila enorme você passa seis e meia da manhã no que eu passo lá,
153 CAS da Nova Rússia encontrei uma fila faraônica enorme, fala que ela é contra os CAS já pontuo varias vezes
154 ano passado em reuniões relativo aos CAS que pra ela não é Centro de Atenção a Saúde (CAS) é Centro de
155 Abandono a Saúde que as pessoas estão abandonadas nas unidades de saúde por falta de estruturação de PSF
156 e tem quem como prerrogativa ir para uma unidade do CAS para ser atendido, chega e vê aqueles caos que é só
157 um médico lá, a gente tem que averiguar e fazer uma fiscalização ainda maior dessa firma terceirizada, porque a
158 estrutura já foi construída, está lá e tem que ser ocupado aquilo lá, eu adoro ocupar espaço diz que até nossa
159 moradia ocupa espaço porque tem que ser ocupado porque foi uma gasto Público muito grande saiu do
160 orçamento da saúde e agora tem que colocar uma entidade sem fins lucrativos pra gerir todo esse montante de
161 matérias e insumos depois de tão grandes e faraônicas, agora tem que tomar cuidado relativo ao profissional que
162 vai ser colocado lá, acha que uma pessoa que se submete a ficar vinte horas, vinte reais se for dividido
163 principalmente da UTI lá tem que ver a idoneidade do profissional e tem uma lei nova (nº 3.178) que não pode ser
164 só quantitativo tem que ser qualitativo até por sinal a Sueli tem a lei ali pode passar e tem que ficar não só em
165 cima da empresa contratada e sim até dos profissionais, e convida todos os conselheiros caso seja aprovado aí a
166 gente vê quem vai participar da licitação a idoneidade se ela (se refere da empresa contratada) está capacitada
167 para principalmente pra não acontecer o que aconteceu na UTI do hospital Getulio Vargas (hospital da criança)
168 que eles não puderam repassar certidões negativas, não receberam o montante de dinheiro que seria deles, e o
169 que aconteceu os profissionais (médicos) pediram a conta e deixaram lá sem nada, porque nós estamos aqui
170 como Juliana, estamos aqui usuários porque nossa entidade é representada pelos usuários, usuários lá é que
171 está sofrendo, tem pessoas aqui que estão na fila para cirurgia eles não usam nem o nome deles como
172 conselheiros para ser passado na frente, hoje até um conselheiro veio me dizer que ele está com um problema de
173 saúde grave, e daí ficar numa num CAS que não pode ter demanda de especialidades não pode ter demanda de
174 certas coisas ainda tem que voltar na sua unidade de saúde, chega lá e não tem unidade de PSF e outro médico
175 não pode atender sua área de abrangência então tem que tomar muito cuidado relativo a isso, porque existe
176 profissionais e profissionais, então não só cuidar da empresa (entidade) contratada mais sim dos contratados que
177 vão ser colocados lá, porque o produto final não deixa de ser uma empresa, a prefeitura é uma grande empresa e
178 o produto final é o usuário e tem que sai de boa qualidade ele tem que ter qualidade não pode ser só
179 quantitativo. A Sr^a Vivian de Moraes fala que assim como ela já leu na verdade tem predicativo de qualidade já
180 tem as pautas que ela leu referente a obrigação do Conselho de Saúde para fazer estas fiscalizações, não é só a
181 Secretaria que tem que fazer os conselheiros tem todo o direito de ver e estar junto com a gente apontando as
182 falhas porque assim eles não vão receber os recurso devidos. A conselheira Neumari da Cunha fala que pegando
183 o documento da fiscalização do contrato do CAS aqui esta: Equipe multifuncional: gerente de enfermagem,

184 gerente de UBS/CAS, gerente de PSF não consta aqui o Conselho, o Conselho esta aqui nas obrigações da
185 contratada que permite o acesso, então é natural que tem que permitir o acesso a qualquer cidadão independente
186 de ser ou não conselheiro de saúde, acha que seria mais interessante se colocasse na fiscalização nessa equipe
187 conselheiro de saúde para representar o Conselho Municipal de Saúde. A Sr^a Vivian fala que essa fiscalização
188 tem que ser sempre dois, enfermagem, UBS/CAS ou PSF tem que ser sempre dois da secretaria, não tem como
189 colocar o Conselho Municipal de Saúde no contrato da prefeitura. O presidente fala que isso vai se discutir e
190 analisar esses detalhes pela Comissão Municipal de Contratualização de Contratos e Projetos O conselheiro
191 Francisco Marochi fala que se os CAS estavam cadastrados no Cadastro Nacional de estabelecimentos de
192 Saúde e e em que nível de Atenção, depende do nível que eles estão cadastrados que é a atenção básica, a
193 terceirização para passar de um serviço para terceiros seria legal, se essa situação seria legal, ia até sugerir para
194 que passe para a Comissão analisar isso e investigar se a legalidade dessa passagem de serviço para terceiros.
195 A Sr^a Vivia fala que na verdade esse cadastro a empresa não tem o Cadastro Nacional de Estabelecimento de
196 Saúde (CNES), diz que uma das clausuras do contrato que é que a entidade tenha o CNES. O conselheiro Célio
197 fala que gostaria de chamar a atenção dos companheiros da privatização, tranquilo as Universidades vão tocar
198 publica é uma a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) as outras são privadas, a saúde vai virando
199 negocio cada vez mais negocio e a questão do Estado será que se desmanchou não existe mais e nós votamos
200 para prefeito, governador, deputado e esses caras não conseguem ter uma proposta para o nosso dinheiro,
201 porque é dinheiro Público para manter serviços Públicos e acabam tendo que privatizando no caso do hospital
202 24/h por dia oitenta reais (faz as contas e diz que vai custar dezoito mil reais um profissional na UTI, fazendo
203 oito horas por dia) diz que gostaria de chamar atenção do Estado que nós estamos vivendo é um estado que não
204 consegue mais soca nada, e vai jogando para iniciativa privada e quando pedem nosso voto ninguém vai dizer
205 que o Estado vai ser gerido pelas empresas e daí a coisa vai se apresentando no dia a dia, vai chegando o
206 sucateamento, pra depois botar a faca no nosso pescoço em quanto sociedade nós só podemos fazer isto não
207 tem outra solução para os problemas da sociedade, não vou questionar esse documento, numero, papel, isso
208 cada um constrói como quer e que fique bom pra quem vai mirar para aquele documento, o documento sempre
209 vem pintado de ouro, mas a realidade o serviço o dia a dia a necessidade do povo não se supera, vai no hospital
210 Bom Jesus é um serviço Bueno especial só que é privado as coisas acontecem via o pagamento que é feito pelo
211 SUS, o paciente está bem as vezes sai mai ou menos, sai do hospital as vez é mal encaminhado o cara sai e não
212 sabe o que tem que fazer da vida volta para o posto de saúde para se reorganizar então ta deslanchado, então
213 nós do CMS temos que estar refletindo isso porque nós não vamos vim aqui votar afirmar coisas que ele (Célio)
214 como usuário essas coisas de passar serviço público para empresa pra mim não serve, então esse vai ser meu
215 voto na hora de nós votar. Eu voto contra isso, porque isso é o fim do Estado é um neoliberalismo é o Estado
216 mínimo é o Estado que só serve pra, bate nos pobre nos trabalhador não da direito a uma atenção a maioria da
217 população. A conselheira Vera Buss fala que ficou neutra no aspecto que a Sr^a Vivian falou que haverá uma
218 comissão especial de credenciamento e equipes técnicas, tem que estar requisitadas pela Comissão para analise
219 dos documentos das empresas interessadas com posterior de realização de sorteios em sessão publica. As
220 atividades da UTI do Hospital João Vargas de Oliveira é uma coisa e a UTI do Hospital Amadeu Puppi são outras
221 então como você (Vivian) você vai fazer um sorteio entre as credenciadas, se é uma UTI de criação e outra de
222 adulto, a mesma coisa com o CAS porque o CAS de Uvaranas é um porte o CAS de oficinas é outro porte o CAS
223 da Nova Rússia é outro porte e o CAS central é bem menor tem que vê a diferença que vai custar para cada um,
224 diz que não sabe se as atividades realizadas nos CAS são as mesmas o procedimento são os mesmos
225 independente do tamanho, porque uma CAS recebe menos dinheiro que o outro. A Sr^a Vivian fala que tem mais
226 demandas nos CAS de Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas do que no central, então já foi estipulado àquela
227 demanda. Agora na questão do sorteio, depende da documentação ser encaminhada para a prefeitura exemplo:
228 a UTI geral do hospital três empresas querem na verdade vai ser feito um sorteio entre essas três vai ficar com a
229 UTI e as outras duas ficam registradas na prefeitura para posterior oportunidade de uma possibilidade elas se

230 incharem na verdade é uma empresa só que vai ficar. Gera uma discussão entre alguns conselheiros. O
231 presidente fala que todos estes questionamentos vão ser passados pela Comissão. O presidente fala que cada
232 Comissão vai fazer uma Ata para saber o que cada conselheiro falou e o que foi decidido referente a cada
233 assunto. O vice-presidente Cesar Campagnoli fala que nós não podemos chegar a um parâmetro se é certo ou
234 errado, achamos que cada conselheiro tem que expor (como ele expõe) sua idéia, sem votação sem nada nós
235 vamos refletir ou preparar o Suspeito para a próxima reunião tem que colocar isto aqui, a função estratégica junto
236 com a SMS nós vamos apresentar as metas e dar mais subsídios para vocês. Fala que nessa discussão ficou
237 muito claro e porque anotou muitas coisas que os conselheiros falaram, da parte administrativa, tipo de CAS que
238 vai ser pontuada. Fala que vai ser pautada. Quanto a Fiscalização esta bem clara que o Conselho Municipal de
239 Saúde ele pode a qualquer momento fiscalizar os CAS. A conselheira Juliana Maciel fala que o artigo segundo do
240 regimento interno do CMS de Ponta Grossa é um a órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo,
241 construtivo, normativo e fiscalizador integrante da estrutura básica do Município de Ponta Grossa no âmbito das
242 ações do Sistema Único de Saúde, igual ao que o Promotor Publico de Saúde DR. Sergio Althaus falou em uma
243 reunião que o organograma do CMS que é assim Conselho Municipal de Saúde, Secretario Municipal de Saúde,
244 e todas as ramificações, então nós temos todos os direitos porque essa prerrogativa de entrar em qualquer
245 âmbito que seja que receba verba Pública. Fala que a partir do momento que se torna Público, qualquer cidadão
246 amparado por lei Federal e da Constituição tem seu direitos garantidos. **3. Informe dos Conselheiros.** O
247 conselheiro Antonio Fogaça fala o que esta acontecendo não é só com ele, diz que esta falando em nome da
248 comunidade. Diz que semana passada foi ao consultório médico de oftalmologista e pagou a consulta, pois o
249 problema era de urgência e o médico pediu um raios-X do olho esquerdo, pois com o exame se repetiu a mesma
250 coisa. Procuo a 3ª Regional de Saúde foi bem atendido, foi informado que teria que ir à unidade de saúde para o
251 clinico geral encaminhasse para o especialista (oftalmologia) para fazer o exame, foi ao Centro Municipal de
252 Especialidades e disseram que ele teria que fazer o exame particular, diz que pagou a importância de duzentos
253 reais, gostaria que o CMS tomasse providencias cabíveis no sentido do mesmo, quero deixar bem claro que não
254 quero ter privilégios por ser um conselheiro Municipal de Saúde, mas sim como usuário. Agora preciso consultar
255 com um otorinolaringonologista para ligar a via lagrimal. Fala que aconteceu isso há dez anos, desde 1996 a
256 2006 pra ele (Antonio) fazer esta cirurgia e acabou perdendo a visão do olho direito. Fala que isso é uma coisa
257 que não poderia acontecer porque nós pagamos impostos e tudo é revertido à saúde agora está cobrando CPMF
258 até dos aposentados, e na hora que o cidadão precisa daí tem toda essa ladainha, o nosso País está triste da
259 vontade de chorar e a sua revolta e a sua indignação é tão grande porque vocês vejam se é um direito adquirido
260 nosso, é a mesma coisa que nós se aposentar e o governo cortar nossa aposentadoria. Eu quero que vocês
261 sintam na pele de vocês isso, porque felizmente vocês perderam um olho. Fala que tem vontade de mover um
262 processo porque já aconteceu isso na transição do nosso governo do Sr. Pedro Wosgrau Filho, diz que fala o
263 nome e não tem medo dele, não deve nada pra ele e nem tem o rabo preso com ele na transição do governo dele
264 em 2005 ele ia ser operado pelo Dr. Rogério no Hospital Municipal, e ele tirou todos os médicos, e o povo ficou a
265 ver navios, ficaram a mercê da sorte, tirou os remédios, da saúde mental, tudo que era remédio, diz que isso são
266 coisas lamentáveis e nós não podemos aceitar isso aqui, porque se existe um CMS e nós fazemos parte do CMS
267 é pra nós tomarmos providencias sobre essas coisas não adianta nós ficarmos brincando com isso aqui. Diz que
268 hoje tomou uma decisão e vai vomitar tudo que ta pra fora, se a coisa for pra não funcionar vai pendurar a
269 chuteira e vai assistir ao jogo lá de casa. Diz que vai tomar as suas decisões ignorantes, mas decisões pelas
270 próprias mãos, mas vai procurar os direitos que lhe assistem aí tem Procuradoria, Ministério Público, tem
271 Ouvidoria, diz que vai procurar a onde for e não vai deixar de lutar por esta causa. Acha que esta sendo um
272 descaso muito grande com a população. Os nossos representantes se elegem dizendo que a saúde vai melhorar
273 são eleitos e depois deixam a saúde de lado, agora vai começar o carnaval vai pagar não sei quanto (nós dinheiro
274 dos cofres Públicos dinheiro que é nosso não é da prefeitura) aí o que acontece preservativo para os foliões lá e
275 nós ficamos sem remédios, porque esses dias teve que ir à farmácia central porque na unidade de saúde não

276 tinha e daí o que acontece quando chega um usuário do sistema da saúde, chega lá e fica nervoso briga com o
277 funcionário sendo que o funcionário não tem culpa sendo que a culpa é dos nossos governantes, aí eles que são
278 os pára-raios (os funcionários) que levam na cara e apanham por causa das pessoas que representam mal a
279 nossa saúde a nossa cidade e o nosso Município, então eu quero deixar bem claro aqui porque isso não pode
280 acontecer e nós como enganchemos nesta luta, eu não entrei na saúde para estar brincado porque vou fazer
281 sessenta anos e nunca fui de estar brincando com coisas serias e pra finalizar eu deixo aqui o meu protesto. A
282 conselheira Juliana fala que no Hospital Vicentino, tem muita gente perguntada pra ela, dizendo que consultou lá
283 na especialidade e agora pra fazer a cirurgia tem que pagar uma taxa. Ela orienta as pessoas a ir lá e
284 conversar e dizer que se for pagar não vai fazer. Fala que está cobrando anestesista a parte, esta acontecendo
285 no hospital Vicentino e em outros hospitais estão cobrando uma taxa, o Hospital Bom Jesus é referencia nisso daí
286 paga oitenta reais a consulta e se precisar internamento tá lá dentro e fica internado pelo SUS, sendo que a porta
287 de entrada é outro lugar. O conselheiro Paulo Heusi fala que na sua unidade não tem médico se ele precisar de
288 um especialista vai recorrer a quem, se ele fora outra unidade de saúde, a unidade de saúde não atende, porque
289 ele não pertence àquela comunidade. A conselheira Rosângela dos Santos, fala que faz parte da comissão do
290 SAMU e tudo isso daqui que foi conversado, diz que já passou no pronto socorro (ela é cuida Dora de idosos) e já
291 foi expulsa por guardas lá de dentro do pronto socorro, diz que agüentou a primeira a segunda vez mais na
292 terceira procurou o promotor Público. O presidente fala que já foi feito o calendário das reuniões e perguntam
293 para a plenária qual o horário serão as reuniões do CMS. Colocado em votação todos os horários não tiveram
294 votos somente o horário das 18 h com 12 votos a favor e o horário das 19h cinco a favor. Aprovado pela Plenária
295 que as reuniões do Conselho Municipal de Saúde terão início as 18 h. O presidente fala que a partir da próxima
296 reunião dia vinte e dois de março de 2011 vai ser as 18 h. O presidente fala que dia vinte e oito as 09h30min da
297 manhã iniciou uma reunião na Secretaria Municipal de Saúde (onde esteve presente o secretario de saúde Dr.
298 Winston Bastos, Dr. Dalton Scarpim a Sr^a Vivian G. de Moraes e a Sr^a Ana Cristina B. Baron) onde esteve
299 presente a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde onde foi vários questionamentos discutido uns dos
300 questionamentos foi referente a construção das cobertura nas unidades de saúde, foi fado sobre estes contratos
301 foi questionado referente ao custo da manutenção das unidades de saúde, o que foi gasto em manutenção ano
302 passado e ficou do secretario fazer o levantamento e passar para o Conselho, uma sugestão do nosso
303 conselheiro Cesar Campagnoli verificar o custo de manutenção e vigilância via cabo monitorado, diz que já tem
304 um projeto na SMS referente a este assunto vai vir para o CMS, diz que foi a primeira reunião este ano com a
305 SMS, diz também que vai haver mais reuniões e estendo o convite não só para a Mesa Diretora mais sim para
306 todos os conselheiros participarem das reuniões. A conselheira Juliana fala que na hora não teve um raciocínio
307 rápido e nem lógico como é uma administração, e é uma administração Pública e é uma máquina de dinheiro não
308 vão me dizer que esta faltando dinheiro, então ele esta convidando a Mesa Diretora e o CMS ao que fazer
309 aqueles princípios da administração, planejamento, organização, direção e execução infelizmente na sua opinião
310 ela não ganha pra isso, na verdade o que a gente respeita aqui é o artigo segundo do nosso Regimento Interno
311 do CMS, quem tem que planejar, organizar, direcionar a verba e executar é a Secretaria de Saúde e inerente as
312 nossas decisões, eles já trazem as decisões, não estão trazendo as decisões prontas aqui que o pacote já vem
313 pronto, alguém já comentou isso aqui, foi a D. Vera ela falou isso, diz que acha viável só que ela também
314 trabalha, todo mundo aqui tem esse compromisso com o seu trabalho, e eles estão lá recebendo dinheiro Público,
315 salário eles tem que cumprir carga então houve uma divergência lá no momento, depois foi pra casa e pensou
316 muito e conversando com o Sergio essas questões de planejar, organizar, direcionar e executar é da SMS não é
317 o conselheiro que vai sentar e falar é o seguinte o que nós temos que levar é o problema que o Sr. Antonio falou
318 o que o conselheiro Célio colocou o que os conselheiros colocam nas reuniões, aí ele colocam em pauta para os
319 conselheiros decidirem e nós vamos planejar toda essa máquina grande e nós vamos fazer este trabalho, acha
320 que tem que colocar na pauta e decidir com todos os conselheiros. A conselheira Vera Buss fala que é como a
321 Juliana falou falta vontade política dentro da SMS da parte do gestor, porque é vizinha do CEMEI da Secretaria

322 de Educação, gente é um primor aquilo lá é maquina roçando é dedetização passando, diz que fica com inveja,
323 diz então que não é falta de dinheiro é falta de vontade da SMS. O presidente encerra a reunião as 21h10minhs.